



Senado aprova reajuste de valor pago ao Paraguai por energia

Após seis horas de debates, o Plenário aprovou ontem à noite o aumento de 200% do valor pago pelo Brasil ao Paraguai pela energia elétrica excedente produzida na hidrelétrica de Itaipu. Texto vai à promulgação

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS 115/11) que altera o Tratado de Itaipu e eleva de US\$ 120 milhões para

US\$ 360 milhões anuais a quantia paga pelo Brasil ao Paraguai pela energia da hidrelétrica binacional. O texto já foi aprovado pela Câmara e também pelo Congresso

Nacional do Paraguai. Divididos quanto à necessidade da mudança, os senadores debateram por seis horas o projeto, relatado pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR). 3

Genaldino Magalhães/Senado Federal



Após acordo, CCJ aprova novo rito para as MPs

Governo e oposição dialogaram, cederam em pontos polêmicos e aprovaram ontem, na CCJ, a proposta de emenda constitucional que modifica a tramitação das medidas provisórias na Câmara e no Senado. 3

Com o relator Aécio Neves ao centro, senadores da CCJ analisam mudanças no texto: caiu a admissibilidade prévia e entrou a proibição de múltiplos assuntos

Reforma política em 11 projetos 8

Vítima do câncer e da burocracia 4



Durante o debate na CDH, foi lançada a revista *Em discussão!*, editada pelo Jornal do Senado. O diretor de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, apresentou a publicação aos debatedores

Governo contratará mais 117 fiscais do trabalho

Anúncio foi feito ontem por representante do Ministério do Trabalho e Emprego, durante audiência pública que

celebrou os 120 anos da inspeção do trabalho no país. Também haverá concurso em 2012 para ampliar quadro. 7

Sarney recebe reivindicações de prefeitos 2



Maria Nilene da Costa, do Conselho Nacional de Secretários de Educação, com Roberto Requião (C): programa para qualificar mão de obra

Novo esforço para valorizar o ensino profissionalizante

O Pronatec, programa federal destinado a melhorar o ensino técnico no país, foi debatido ontem pela

Comissão de Educação. A ideia é aumentar o número de vagas e aperfeiçoar os cursos oferecidos. 6

Sarney recebe reivindicações de prefeitos da 14ª Marcha a Brasília

Abaixo-assinado pede apoio do Senado para divisão dos royalties do pré-sal entre todos os estados e municípios

O PRESIDENTE JOSÉ Sarney recebeu ontem a visita do presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, acompanhado dos representantes estaduais da CNM e do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

Ziulkoski falou sobre a 14ª Marcha dos Prefeitos, que termina hoje. Ele explicou que a manifestação em Brasília, iniciada na terça-feira, busca

defender os direitos dos municípios e reúne cerca de 5 mil participantes.

O presidente da CNM entregou a Sarney um documento assinado por 1.500 prefeitos com várias reivindicações, entre elas a derrubada do veto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva à divisão dos royalties decorrentes da exploração de petróleo na camada do pré-sal entre todos os estados e



Cercados de prefeitos, José Sarney e o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, conversam sobre o pedido de derrubada do veto à distribuição dos royalties do pré-sal

municípios, e não apenas entre os produtores.

– Espero que o Congresso Nacional derrube o veto – afirmou.

José Sarney manifestou apoio à pauta apresentada e disse que as riquezas nacionais devem ser divididas com todos os estados e municípios.

– O Senado Federal deve zelar pelo equilíbrio da nação – disse o presidente da Casa.

Marta apresenta projetos para melhorar finanças municipais

Marta Suplicy (PT-SP) demonstrou da tribuna preocupação com a situação fiscal dos municípios. A senadora informou ter apresentado, na última semana, dois projetos de lei referentes à questão. Para ela, as dívidas comprometem o futuro dos municípios.

Um dos projetos, o PLS 214/11 autoriza a União a alterar as condições financeiras aplicáveis às dívidas dos municípios repactuadas por uma medida provisória de 2001.

Na época, segundo a senadora, muitos municípios foram beneficiados, mas, nas condições econômicas atuais, é possível ter condições de financiamento mais favoráveis.

A outra proposta apresentada pela parlamentar (PLS 213/11) procura corrigir problemas no critério de distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) às prefeituras das capitais.

Ao comentar a 14ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, Marta Suplicy, que já foi prefeita de São Paulo, destacou as dificuldades enfrentadas pelos administradores municipais.

– Já ocupei muitos e muitos cargos na República, mas eu diria que não há nenhum mais difícil e mais gratificante do que ser prefeito de uma cidade, porque você pode fazer, você vê o resultado e você pode mudar a vida das pessoas.



Senador apoia reivindicações trazidas pelos prefeitos a Brasília



Walter Pinheiro refuta acusação da oposição sobre o governo Lula



Gleisi lembra compromissos da presidente Dilma com os prefeitos

Amorim considera movimento cada vez mais forte

Eduardo Amorim (PSC-SE) saudou os milhares de prefeitos que participam da 14ª Marcha e disse apoiar as reivindicações do movimento, como a regulamentação da Emenda 29, que garantiria recursos para a saúde.

Segundo o parlamentar, o movimento avançou muito nos últimos anos. Ele exemplificou citando que, na primeira edição da marcha, em 1998, representantes do movimento sequer foram recebidos em audiência na Presidência da República.

– Muito se avançou ao longo desses 14 anos – disse Amorim, lembrando que as diversas edições do movimento melhoraram o diálogo entre prefeitos, Executivo e Legislativo.

O senador manifestou também apoio ao aumento e distribuição equânime de recursos federais repassados aos municípios.

Transferências da União cresceram, garante Pinheiro

Ao elogiar ontem os resultados da 14ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o senador Walter Pinheiro (PT-BA) afirmou que no período de 2001 a 2009 houve um aumento das transferências da União aos municípios, contrariando alegação da oposição de que os repasses teriam diminuído durante o governo Lula.

O senador criticou o colega Aécio Neves (PSDB-MG) por ter dito que as transferências federais a estados e municípios caíram 27% no último ano do governo Lula. Ele citou a Bahia como exemplo, onde as transferências somavam R\$ 184 milhões em janeiro de 2001 e chegaram a quase R\$ 447 milhões em 2009.

– Nesse período, a arrecadação cresceu 20% enquanto o crescimento do repasse ultrapassou o aumento da arrecadação – disse o senador.

Prefeitos refletem a vontade popular, avalia Gleisi

A importância política da 14ª Marcha foi ressaltada pela senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), para quem os prefeitos “representam efetivamente os anseios e as demandas” de todos os brasileiros, pois trabalham diretamente com a população “para tornar melhor o cotidiano de todos nós”.

A senadora disse que o Brasil precisa avançar “no pacto federativo, promovendo a elevação da autonomia dos municípios”. Gleisi também informou que a presidente Dilma Rousseff, na abertura da marcha, reafirmou compromisso com o crescimento sustentável do Brasil, com a estabilidade fiscal e com o controle da inflação.

– A marcha de prefeitos já se tornou um marco dentro da nossa estrutura de representação democrática – complementou a parlamentar.

Cyro cobra explicações sobre mudança na Vale



Cyro quer dados sobre envolvimento de advogado e prefeito de Parauapebas

O senador Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ontem que pedirá informações ao Ministério de Minas e Energia, ao Ministério Público do Pará e ao Tribunal de Contas dos Municípios do Pará sobre as relações entre o advogado Jader Pazinato e o prefeito de Parauapebas (PA), Darci José Lermen (PT), que teriam envolvimento na saída de Roger Agnelli da presidência da mineradora Vale.

O pedido foi motivado por reportagem da revista *Época*,

segundo a qual Agnelli alertou a presidente Dilma Rousseff sobre “a estranha atuação de consultores ligados ao PT que faturam milhões com royalties da mineração”.

Na avaliação de Cyro, a revista aponta “o que provavelmente está por trás” da substituição de Agnelli, ao revelar um esquema de possível malversação de R\$ 700 milhões pagos em royalties pela Vale ao município de Parauapebas, administrado desde 2005 por Darci Lermen.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Simples Nacional

14h A sessão plenária é deliberativa. Entre os itens da pauta, o PLS 467/08 – Complementar, que permite que micro e pequenas empresas de advocacia, psicologia e odontologia, entre outras, sejam beneficiadas pelo Simples Nacional.

Presidência Procuradores da República

16h O senador José Sarney preside a ordem do dia da sessão plenária. Às 17h, recebe, na sala de audiências, a diretoria do Colégio de Delegados e do Conselho Fiscal da Associação Nacional dos Procuradores da República.

CRA Defensivo agrícola genérico

8h30 Projeto que trata da instituição do defensivo agrícola genérico na pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

CDH Criminalização da homofobia

9h A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa vota, entre os 25 itens da pauta, substitutivo a projeto da Câmara que criminaliza a prática da homofobia.

CI Novo diretor da ANP

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura reúne-se para examinar, entre outros itens, mensagem da Presidência da República indicando Flórida Rodrigues de Carvalho para diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.

CRA Políticas de estímulo à pesca

9h15 Após votação de proposições, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária realiza audiência pública com a ministra da Pesca e Aquicultura, Ideli Salvatti, que deverá falar sobre as políticas públicas de estímulo ao setor, em razão dos recentes cortes no Orçamento anunciados pelo governo federal.

CRE Embaixador no Cazaquistão

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional vota a indicação de embaixador para o Cazaquistão, cumulativamente com a República Quirguiz e o Turcomenistão. Também na pauta, acordos internacionais entre os países membros do Mercosul, como o que trata do tráfico de migrantes.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Relator Aécio Neves abre mão da admissibilidade prévia e governo cede na proibição de múltiplos assuntos em uma mesma medida provisória

Acordo na CCJ permite mudança no rito das MPs



Aloysio Nunes, Romero Jucá, José Pimentel, Jorge Viana e Aécio Neves (D) debatem alterações no texto do substitutivo: ao final, prevaleceu o consenso sobre as MPs

CONTORNADAS AS DISPUTAS políticas entre governo e oposição, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem um texto de consenso para a proposta de emenda à Constituição (PEC 11/11) que modifica o rito de tramitação das medidas provisórias (MPs) no Congresso Nacional.

O entrave à votação – que segue de imediato para o Plenário – foi superado quando o relator, senador Aécio Neves (PSDB-MG), concordou em mudar seu substitutivo para reconhecer a eficácia imediata das MPs, já garantida pela Constituição e mantida na PEC 11/11, apresentada por José Sarney (PMDB-AP).

Todos os 23 senadores que se manifestaram sobre o assunto exaltaram a capacidade de articulação demonstrada pelo Senado, em especial do líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), e do presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Também foi elogiada a disposição de Aécio em ceder em alguns pontos fundamentais de seu substitutivo – o principal deles condicionar o início da vigência das MPs à prévia declaração de admissibilidade por uma comissão mista de deputados e senadores – para elaborar uma proposta mais palatável a governistas e opositoristas. A contragosto, o relator também aceitou retirar do substitutivo dispositivo que proibia a criação de cargos e funções públicas por medida provisória.

Segundo ressaltou Aécio, essa união se fundamentou na compreensão de que era preciso impedir o uso abusivo de MPs pelo Poder Executivo e a inclusão de assuntos não correlatos – criando a “MP árvore de natal” – numa mesma proposta.

– Se não demos um passo gigante que queríamos, demos um passo consistente para a construção de um futuro de maior isonomia entre as instituições – ponderou Aécio.

Prerrogativas

Romero Jucá também registrou a satisfação do governo – “que não perde prerrogativas” – com o acordo. Logo depois, o senador Lindbergh Farias (PT-RJ) – um dos artífices do entendimento em torno da PEC 11/11 – alertou o líder governista sobre a eventual necessidade de mediar o apoio dos deputados às mudanças na tramitação das MPs.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) declarou seu voto favorável à matéria, mas ponderou que o fato de a comissão mista não votar o mérito, mantendo essa atribuição com o Plenário, pode não solucionar o sucessivo truncamento da pauta de deliberações pela chegada de MPs com prazo de votação esgotado.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou a derrubada da sugestão de Aécio de acabar com a vigência imediata das MPs. Já Jorge Viana (PT-AC) elogiou a postura do governo em entender a necessidade de mudanças na tramitação para evitar a desmoralização do Legislativo.

Alterações

O que pode mudar com a nova regulamentação das medidas provisórias

PERDA DE VALIDADE

Regras atuais: hoje, uma MP perde a validade se não for aprovada pela Câmara e pelo Senado em até 120 dias a partir de sua publicação.

PEC das MPs: de acordo com a PEC 11/11, uma MP deixará de valer se uma comissão mista não admitir seus pressupostos de urgência e relevância, ou se ela não for aprovada dentro dos prazos definidos para cada Casa – 50 dias para a Câmara e 45 dias para o Senado.

COMISSÃO MISTA

Regras atuais: emite parecer antes da análise em cada Casa. Não há prazo específico para isso e a comissão não tem poder de derrubar a MP.

PEC das MPs: a comissão se torna permanente, com prazo estipulado de 10 dias para emitir parecer e tem o poder de rejeitar a MP, transformando-a num projeto de lei que passará a tramitar em regime de urgência.

REGIME DE URGÊNCIA

Regras atuais: se a medida provisória não for votada em 45 dias, passa a trancar a pauta na Casa em que estiver tramitando.

PEC das MPs: a MP passa a trancar a pauta da Câmara a partir de 40 dias e, no Senado, a partir de 35 dias.

VEDAÇÕES

Regras atuais: medidas provisórias não podem tratar de temas como cidadania, direitos humanos, Poder Judiciário, Orçamento, poupança popular e majoração de impostos.

PEC das MPs: a PEC mantém as vedações que existem hoje e impede a inclusão de temas estranhos aos objetivos principais da MP.

PRORROGAÇÃO

Regras atuais: a MP tem prazo de validade inicial de 60 dias, que pode ser prorrogado por mais 60 uma única vez, se não houver votação.

PEC das MPs: o prazo de validade passa a ser 120 dias, e não pode ser prorrogado.

Texto inclui solução jurídica para medidas editadas antes de 2001

Autor de voto em separado pela aprovação do texto original da PEC 11/11, o senador José Pimentel (PT-CE) pediu que fosse inserida uma solução jurídica no substitutivo para as medidas provisórias anteriores à Emenda Constitucional 32/01, como a de criação do Plano Real, que começaram a produzir efeitos sem serem votadas pelo Congresso, e para as que estarão em vigência quando da promulgação dessas novas regras. Aécio incorporou ao seu texto um artigo explicitando que as mudanças propostas só se aplicam às MPs editadas após a aprovação da PEC.

O senador Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) considerou que a MP não só é fundamental para reafirmar o sistema de equilíbrio entre os Poderes, mas também um passo importante para, no futuro, instituir o regime

parlamentarista de governo.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) observou que a MP surgiu como instrumento oposto ao usado na ditadura (decreto-lei), mas lamentou que, ao longo desses 23 anos de existência, tenha se afastado de seu real sentido.

Marta Suplicy (PT-SP) e Marcelo Crivella (PRB-RJ) viram na iniciativa de Sarney um “termômetro” da insatisfação do Senado com as MPs. Pedro Simon (PMDB-RS) acredita que, se o Senado tivesse tido mais arrojo, teria votado o substitutivo original de Aécio.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) revelou descrença quanto à disposição de a comissão mista se reunir para analisar as MPs polêmicas e Inácio Arruda (PCdoB-CE) considerou essencial atacar o sentido político desse instrumento, de modo a diminuir sua “força bruta”.

Dispensa de interstício deverá permitir votação semana que vem

O texto final da PEC 11/11 foi entregue ontem ao presidente José Sarney por líderes partidários e pelo presidente da CCJ, Eunício Oliveira, que pediram urgência na aprovação da proposta em Plenário. Por acordo, a PEC foi lida ainda na sessão de ontem e um requerimento dispensou o interstício (intervalo

de tempo) obrigatório para votação de PECs (discussão em cinco sessões deliberativas para votação em primeiro turno, e por mais três sessões para votação em segundo turno). Assim, a PEC 11/11 poderá constar da pauta de votação do Senado já na primeira sessão deliberativa da semana que vem.



Eunício Oliveira (com Marta Suplicy) agradeceu a Sarney por apresentar a PEC

Elogios à articulação de Aécio Neves

A capacidade de articulação do senador Aécio Neves foi o fato mais elogiado ao final dos debates que antecederam ontem a votação da PEC 11/11 pela CCJ. Além de destacarem a iniciativa de José Sarney, os senadores ressaltaram a busca do entendimento conduzida pelo ex-governador mineiro.

– Aécio fez um extraordinário trabalho. Catalisou em torno de sua proposta uma vontade que estava latente no Senado de mudarmos o regime atual de edição e tramitação das MPs. Precisava haver alguém que costurasse esse entendimento – disse Aloysio Nunes (PSDB-SP).

O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) elogiou Aécio pela construção de um texto que aniquilava as divergências em torno da forma de tramitação.

– Hoje [Aécio] se credencia como candidato a presidente da República, porque mostra à nação um trabalho prático, que pacifica a Casa com a ajuda de todos, e essa é a importância de um líder – afirmou Demóstenes.

Francisco Dornelles (PP-RJ) elogiou inicialmente Sarney por ter enviado essa proposta, “numa atitude muito coerente com suas responsabilidades de presidente do Senado”. E destacou “a competência, entusiasmo e profundidade” de Aécio.

– Demonstrou mais uma vez a capacidade de somar, de aglutinar que é uma de suas características – afirmou Dornelles.

Ao agradecer os elogios recebidos, Aécio Neves disse que “ninguém faz nada sozinho”.

Representantes de entidades que reúnem vítimas da doença relatam que órgãos públicos dificultam muito o recebimento de benefícios previstos em lei. Saída é buscar na Justiça a garantia negada pela burocracia

Burocracia impede a pacientes com câncer acesso a direitos

ALÉM DO SOFRIMENTO pela doença, os pacientes com câncer enfrentam, desde a confirmação do diagnóstico até o tratamento, diversos obstáculos burocráticos, especialmente na busca dos direitos que a legislação lhes assegura. Os problemas foram relatados por representantes de entidades de apoio às pessoas com câncer, em debate na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Rosa Maria Rutta, superintendente do Instituto da Mama do Rio Grande do Sul (Imama), classificou como “revoltantes” as dificuldades colocadas por pessoas responsáveis pelos trâmites necessários ao atendimento a pacientes com câncer.

– Não são raros os casos de servidores que consideram os portadores de câncer “folgados”, por quererem seus direitos – disse Rutta.

Para Luciana Barros, presidente do Instituto Oncoguia, muitos pacientes buscam no Judiciário os direitos que não conseguem obter pelas vias normais. A advogada Antonieta Barbosa, autora do livro *Câncer – direito e cidadania*, citou o recebimento do auxílio-doença na incapacidade provisória para o trabalho, a aposentadoria integral no caso da incapacidade permanente e o adicional de 25% ao aposentado por invalidez que necessita de assistência de outras pessoas.

– O paciente, fragilizado, não consegue vencer a burocracia – afirmou.

Articulação

Representante do Ministério da Saúde, Maria Inez Gadelha explicou que grande parte dos problemas relatados se deve à dificuldade de articulação entre as unidades de assistência aos pacientes.

Conforme relatou, a detecção da doença acontece na esfera primária, pelas unidades básicas de saúde. Para confirmação do diagnóstico e tratamento, o paciente segue para os níveis secundário e terciário, mais especializados.

Maria Inez Gadelha defende a necessidade de regulação do fluxo de procedimentos, para reduzir o tempo entre um nível e outro e assegurar que o tratamento seja iniciado o mais breve possível.

Rosamelia Queiroz da Cunha, representante do Instituto Nacional de Câncer (Inca), concorda que novidades da indústria farmacêutica nem sempre representam qualidade e segurança para o paciente.

Martha Regina Oliveira, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), informou que cobertura mínima aos associados está prevista em resolução normativa (RN 211/10) que será atualizada a cada dois anos.



Senador Jayme Campos (D) ouve representante do Ministério da Saúde, Maria Inez Gadelha

Senadores estudam apresentar projeto de incentivo fiscal para quem ajudar

Empresas que fizerem doações a entidades sem fins lucrativos que prestam assistência a pacientes com câncer poderão contar com incentivos fiscais. Essa é a proposta de senadores que participaram ontem do debate na CAS.

Autora do requerimento para realização do debate, a senadora Ana Amélia (PP-RS), e o presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), consideram que a comissão poderá apresentar projeto para criação de lei para a área de saúde nos moldes da Lei Rouanet, de incentivo à cultura (Lei 8.313/91).

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) apoiaram a iniciativa. Eles lembraram que o governo

já oferece incentivos fiscais para vários setores, podendo agora direcionar benefícios ao empresário que apoiar ações em favor de pacientes com câncer.

Paulo Davim (PV-RN) considerou alarmante o fato de o país registrar 500 mil novos casos de câncer por ano e 12 mil mortes de mulheres, conforme dados apresentados por Virgínia Magrini, diretora da Federação de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama.

Eduardo Amorim (PSC-SE) lembrou que o diagnóstico precoce reduz custos de tratamento e pode evitar muitas mortes. Casildo Maldaner (PMDB-SC) se disse preocupado com a não cobertura de medicamentos de uso domiciliar pelos planos de saúde.



Eduardo Suplicy leu trechos de documentos e artigos criticando mudanças em discussão

Suplicy: cientistas devem ser ouvidos sobre Código Florestal

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu ontem aos parlamentares que levem em conta as contribuições de entidades científicas quando forem votar as alterações no Código Florestal, que estava em discussão ontem à noite na Câmara dos Deputados.

O senador citou como exemplo documento elaborado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em conjunto com a Academia Brasileira de Ciências (ABC), intitulado *O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo*.

Suplicy leu trechos do artigo “Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade”, do geógrafo e professor da USP Aziz Ab’Saber, com críticas às mudanças no código.

SARNEY DIZ QUE PROJETO TERÁ PRIORIDADE NO SENADO

O projeto de reforma do Código Florestal (PL 1.876/99) terá prioridade quando chegar ao Senado, disse ontem o presidente José Sarney. Ele avalia que a proposta que for aprovada pela Câmara já terá consenso sobre pontos polêmicos, como a recomposição da reserva legal e da vegetação às margens dos rios considerados pequenos.

– Está havendo um esforço muito grande para que haja consenso na Câmara. A demora é justamente pela busca desse consenso – lembrou.

Subcomissão das obras de Belo Monte aprova plano de trabalho

A Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina de Belo Monte, vinculada à CMA, aprovou seu novo plano de trabalho, elaborado pelo relator, Delcídio Amaral (PT-MS).

Foram definidas visitas ao local das obras, aos municípios de Altamira e Vitória do Xingu, no Pará, e duas audiências. A primeira será para obter informações sobre o andamento das obras, os municípios impactados e o atendimento às condições da licença prévia. A segunda tratará dos impactos socioambientais e da “judicialização do processo” de licenciamento.

Delcídio ressaltou a importância de avaliar, na etapa de planejamento, a necessidade de se construir emclusas para navegação. Aloysio Nunes (PSDB-SP) pediu

um “levantamento rigoroso” do potencial de aproveitamento da energia hídrica no Brasil. João Pedro (PT-AM) defendeu compensações para a região amazônica, que, segundo ele, com a construção de

Belo Monte e das usinas de Jirau e Santo Antônio (RO), vai gerar cerca de 50% da energia hidrelétrica no país. Blairo Maggi (PR-MT) e Pedro Taques (PDT-MT) apoiaram as comunidades indígenas.



Delcídio (E) elaborou o plano de trabalho aprovado pela subcomissão, que é presidida por Flexa Ribeiro

João Pedro critica Justiça por fechar 36 comarcas no AM



João Pedro

João Pedro (PT-AM) fez um apelo em Plenário para que a Justiça do Amazonas repense a decisão de fechar 36 comarcas no estado.

– Milhares de amazonenses irão sofrer as consequências irreparáveis dessa decisão – afirmou.

O senador disse que vai encaminhar um ofício, com o relato da decisão da Justiça e suas possíveis consequências, ao governador

Omar Aziz, ao Supremo Tribunal Federal (STF), ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para João Pedro, a decisão da Justiça do Amazonas “é um retrocesso”.

Mozarildo quer alternância semanal na rotina do Senado



Mozarildo

A grande quantidade de comissões e subcomissões temáticas no Senado levou Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) a apresentar projeto de resolução alterando a forma de trabalho dos senadores.

A proposta (PR 15/11) prevê alternância semanal entre sessões deliberativas e reuniões de comissões permanentes. A intenção é assegurar aos senadores maior participação nas comissões, sem interferir nas discussões e votações em Plenário.

– Ficamos hoje num impasse de ações e atividades que levam a prejuízos – explicou o senador.

Geovani cobra solução para impasse com planos de saúde



Geovani Borges

O embate entre operadoras de planos privados de saúde e os médicos, que reclamam dos baixos honorários, tem gerado prejuízos aos consumidores. O problema requer intervenção do poder público, disse ontem o senador Geovani Borges (PMDB-AP).

– Eu entendo que a mão do Estado precisa se fazer presente nesta hora. E com força, já que médicos e operadoras de planos de saúde não entram em acordo – lamentou.

O maior prejudicado com o “cabo de guerra” entre médicos e empresas, avaliou, é o cidadão.

Proposta reajusta de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões anuais o pagamento ao país vizinho. Relatora afirma que medida não onera consumidor

Aprovado aumento do valor de energia do Paraguai

PLENÁRIO DO SENADO aprovou ontem decreto legislativo (PDS 115/11) ratificando o acordo de setembro de 2009 que triplica o valor pago ao Paraguai pelo excedente de energia de Itaipu cedido ao Brasil pelo país vizinho. Já aprovado na Câmara, o texto vai à promulgação.

O debate da matéria durou seis horas e dividiu o Plenário. Governistas argumentaram que o Brasil precisa da energia excedente da hidrelétrica e que a população não sofrerá com o reajuste, pois o custo adicional será coberto pelo Tesouro Nacional, e não repassado às tarifas de energia.

Além de assegurar que os consumidores brasileiros não serão penalizados com aumento de tarifa, a relatora da matéria, senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), também ex-diretora financeira da Itaipu Binacional (de 2002 a 2006), apontou a responsabilidade do Brasil de ajudar a consolidar o bloco do Mercosul.

A oposição, por sua vez, argumentou que o aumento – que representa uma quantia total de US\$ 6 bilhões – é desnecessário e representará um ato de generosidade em nome de afinidades políticas entre os governos.

Além disso, o líder do PPS, senador Itamar Franco (MG), apontou para a “caixa-preta” de Itaipu, que não teria sido revista por desinteresse do governo. Senadores da oposição também ressaltaram que, de acordo com o Tratado de Itaipu, o país vizinho não pode, até 2023, vender sua energia excedente a nenhum outro país.

O tratado estabelece que a energia produzida pela hidrelétrica seja dividida em partes iguais entre Brasil e Paraguai e assegura a cada um dos dois países adquirir, até 2023, a energia não utilizada pelo outro. Como o Paraguai consome apenas 5% da energia gerada, vende o restante de sua parte ao Brasil. A medida eleva de US\$ 120 milhões para US\$ 360 milhões anuais a quantia paga pelo Brasil ao país vizinho pela energia de Itaipu.

Ao lembrar os antecedentes do tratado entre Brasil e Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, Gleisi Hoffmann lembrou que a construção da usina binacional “foi motivada não apenas pela questão energética, mas também pela necessidade de se resolver impasse na fronteira entre os dois países”.



Na presidência da sessão, Sarney conversa com Gleisi Hoffmann e Vanessa Grazziotin, observado por João Pedro

Quando da votação na Comissão de Relações Exteriores (CRE), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou voto em separado, posicionando-se contra o parecer da relatora. Ele discordou do aumento do fator de multiplicação – de 5,1 para 15,3 – que eleva os custos para o Tesouro Nacional e a seu ver poderá afetar os consumidores de energia.

LEIA MAIS SOBRE A APROVAÇÃO DO ACORDO NA EDIÇÃO DE AMANHÃ

Atualização do ensino na Aeronáutica é aprovada

A atualização do ensino na Aeronáutica, com o reconhecimento de grau de nível superior e instituição de títulos em todos os graus de formação, foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator na CCJ, senador José Pimentel (PT-CE), esclareceu que o projeto do Executivo, já votado na Câmara, atende a decisão do Supremo Tribunal Federal deste ano, que deu prazo até 31 de dezembro para que o Congresso aprovasse a atualização do ensino na Aeronáutica.

A proposta autoriza cursos de graduação, aperfeiçoamento, especialização e de altos estudos, todos voltados ao preparo do aluno para o exercício de cargos na instituição. São previstos os seguintes cursos: Preparatório de Cadetes do Ar, Formação de Oficiais Aviadores e Graduação em Engenharia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

Justiça do Trabalho ganha novas varas

A CCJ também aprovou ontem os Projetos de Lei da Câmara (PLCs) 5/11 e 4/11, prevendo a criação, respectivamente, de 68 varas do Trabalho em São Paulo e duas no Maranhão. O aumento significativo de causas trabalhistas, as novas competências da Justiça do Trabalho e a necessidade de descentralização da prestação jurisdicional foram os argumentos apresentados para a criação das varas em São Paulo, conforme a relatora do PLC 5/11, senadora Marta Suplicy (PT-SP).

A cidade de São Paulo receberá a maioria das novas jurisdições – 40. Barueri terá seis, Guarulhos ficará com cinco e São Bernardo, com quatro. Osasco e Santo André terão três. Outros sete municípios serão contemplados com uma vara trabalhista: Arujá, Bertioga, Franco da Rocha, Ibiúna, Itaquaquecetuba, Mauá e Taboão da Serra.

Melhorias na Justiça serão tema de debate

A corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), será convidada para audiência pública na CCJ. Ela deve falar sobre as melhorias registradas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao qual se integra a Corregedoria, nesses seis anos desde a criação do órgão. O conselho controla a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e também supervisiona o cumprimento dos deveres dos juízes.

A sugestão do senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) foi aprovada ontem. De acordo com ele, a principal missão do CNJ é contribuir para que a Justiça seja aplicada com obediência “aos preceitos da moralidade, eficiência e efetividade, em benefício do conjunto da sociedade”.

O objetivo é esclarecer a população sobre projetos e metas que têm impacto direto na sociedade, completou o senador.

Curitiba em dia para a Copa. São Paulo apresenta incertezas

Representantes da prefeitura de Curitiba e do governo de São Paulo apresentaram ontem quadros distintos em relação à preparação das duas sedes da Copa do Mundo de 2014. Enquanto a capital paranaense está em dia com seu cronograma de obras, a cidade de São Paulo tem ainda duas fontes de preocupação: os aeroportos de Guarulhos e Viracopos e o futuro estádio conhecido como Itaquerão.

Em audiência pública na Subcomissão Permanente da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016, o coordenador de Planejamento e Avaliação da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional de São Paulo, Pedro Pereira

Benvenuto, explicou que as obras do Itaquerão (empreendimento privado resultante de acordo entre o Sport Club Corinthians e a construtora Norberto Odebrecht) nem sequer começaram. O prazo para conclusão é de 30 meses.

– O único ponto de preocupação é o estádio em Itaquerã. Pelas informações que tenho, a terraplanagem deve começar no dia 16 – afirmou Benvenuto.

Segundo Susana Lins, assessora técnica do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, os prazos estão sendo rigorosamente cumpridos e a meta é concluir todas as obras até, no máximo, o início de 2013.



Senador Pedro Taques (C) presidiu debates na subcomissão ontem

Senado deve instalar CPI para apurar irregularidades no Ecad



Randolfe Rodrigues

Com 28 assinaturas, o senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) encaminhou ontem à Secretaria-Geral da Mesa do Senado pedido de criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad).

No requerimento, Randolfe Rodrigues explica que o objetivo da CPI é apurar supostas irregularidades na arrecadação e distribuição de recursos de direito autoral, abuso de ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores. A *Folha de S.Paulo* denunciou, em 3 de maio, o pagamento de direitos autorais a compositores-laranja. O senador diz que denúncias de irregularidades envolvendo o Ecad não são recentes.

Mário Couto volta a criticar gestão de Luiz Pagot no Dnit



Mário Couto

Mário Couto (PSDB-PA) acusou ontem o diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit), Luiz Antonio Pagot, de ser “ladrão” e não aplicar os recursos do órgão de forma adequada.

– Não chamo de corrupto o Pagot, chamo é de ladrão, de boca cheia – disse.

Para fundamentar a acusação, Mário Couto mencionou matéria publicada pelo jornal *O Globo* no fim do ano passado indicando que, em 399 relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovados, há ocorrências de sobrepreços e superfaturamentos, entre outros problemas, que somam prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão aos cofres públicos.

Humberto lembra avanço com a fábrica da Hemobrás



Humberto Costa

Humberto Costa (PT-PE) disse ontem que a fábrica da Hemobrás – empreendimento de R\$ 540 milhões, em construção na cidade de Goiana (PE) – estimulará a formação de mão de obra qualificada para o setor farmacêutico. Segundo ele, isso fará com que o país reduza sua dependência externa e desponte na fabricação futura de hemoderivados e na área de biotecnologia.

O senador afirmou que os medicamentos a serem produzidos pela Hemobrás em Goiana serão distribuídos pelo Sistema Único de Saúde. A fábrica de Pernambuco, segundo ele, será a maior do segmento na América Latina e estará em plena operação em 2014. Só 15 países têm unidades para a fabricação de hemoderivados de alta complexidade.

Comissão de Educação discute com especialistas o novo programa federal de incentivo ao ensino profissionalizante

Pronatec vai alavancar formação de mão de obra qualificada, diz governo

O PROGRAMA NACIONAL de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), lançado no final do mês passado pelo governo federal, foi um dos assuntos da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado (CE). O objetivo da reunião foi debater o ensino técnico profissionalizante – considerado fundamental, entre outras razões, para atender à crescente demanda por mão de obra qualificada. O secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, Eliezer Pacheco, explicou que o Pronatec envolve uma diversidade de ações e um conjunto de atores. Segundo ele, o projeto visa incentivar e financiar vários outros programas de ensino, como o financiamento estudantil (Fies), e mobiliza diversas entidades, como as vinculadas ao Sistema S, que abrange o Sesi e o Senac.

– Será um conjunto de ações que visam ampliar a oferta de vagas na educação profissional brasileira – declarou. Para Rafael Lucchesi, representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI), “o Pronatec tem uma proposta inteligente, que busca envolver várias estruturas, na sua diversidade, em torno da agenda nacional de educação profissional”. Apesar de apoiar a iniciativa, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para o risco de que os cursos profissionalizantes tenham de lidar com a falta de alunos – egressos do ensino fundamental – preparados para absorver esse tipo de conhecimento. De acordo com Cristovam, “muitos deles são analfabetos funcionais”.

Já a senadora Ana Amélia (PP-RS) perguntou a Eliezer Pacheco se os contingenciamentos orçamentários vão diminuir os recursos destinados ao Pronatec. Ele respondeu que não, acrescentando que “o contingenciamento anunciado pelo governo federal foi de custeio, e não de investimento”.



Senador Roberto Requião (4º à dir.) presidiu o debate na CE, que contou com a participação de seis convidados

Cristovam teme falta de alunos capacitados

Na audiência pública de ontem na CE, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu medidas para ampliar e aperfeiçoar o ensino técnico profissionalizante, mas também apontou um problema: como lidar com os alunos que chegam despreparados aos cursos profissionalizantes, “muitas vezes na condição de analfabetos funcionais”.

– São aqueles estudantes incapazes de ler uma bula de medicamento ou de fazer uma

regra de três – ressaltou.

Cristovam lembrou que, atualmente, teme-se um “apagão” de profissionais devido à falta de mão de obra qualificada em meio a uma economia em crescimento. No entanto, ele alertou que, em vez disso, pode ocorrer um “apagão” de alunos no ensino técnico profissionalizante.

Base fraca

O argumento de Cristovam é que, com as iniciativas anuncia-

das pelo governo, poderá haver uma oferta considerável desses cursos, mas sem um número suficiente de alunos capazes de absorver tal conhecimento.

– É um problema que já acontece nas universidades – observou.

Como exemplo, o senador disse que há cursos de engenharia nos quais se ensinam conceitos de matemática que os estudantes já deveriam conhecer ao sair do ensino médio.

Mercadante virá avaliar plano de ação de ciência e tecnologia

O ministro da Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, será convidado pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) para avaliar a implementação do Plano de Ação de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional – 2007 e 2010. A realização do debate foi aprovada ontem.

Segundo o autor da proposta, senador Eduardo Braga (PMDB-AM), o plano definia iniciativas e programas para tornar mais decisivo o papel da ciência e da tecnologia no desenvolvimento sustentável do país. Entre as ações, estão a elevação dos investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento de 1,02%,

em 2006, para 1,5% do produto interno bruto (PIB); a ampliação da participação empresarial de 0,5%, em 2006, para 0,65% do PIB, no total de investimentos em pesquisa e desenvolvimento; a elevação do número de bolsas de mestrado e doutorado; e a implementação de 400 centros vocacionais tecnológicos e 600

novos telecentros.

Eduardo Braga considera que, como o plano venceu no ano passado, é o momento adequado para que a CCT avalie os resultados efetivos.

Desenvolvimento

A relação entre atividades de ciência, tecnologia e inovação e a promoção de desenvolvimento também será discutida em audiência pública na Comissão de Ciência e Tecnologia.

A proposta de realização do debate, aprovada ontem, tem como objetivo questionar qual o modelo de desenvolvimento que se pretende adotar para o país: um que vise apenas ao crescimento econômico ou um que contemple também outros componentes, como a justiça social e a sustentabilidade ambiental.



O vice-presidente da CCT, Gim Argello, diante dos membros da comissão: novas audiências públicas foram aprovadas

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Wilson Santiago

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • Geovani Borges • Wilson Santiago

* Licenciado por 121 dias, a partir de 29 de março de 2011.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Governo deve contratar mais 117 fiscais do trabalho

Informação foi dada por representante do ministério em debate organizado pela CDH. Concurso previsto para o ano que vem deverá preencher outras 600 vagas da carreira

OS 117 AUDITORES fiscais do trabalho aprovados em concurso realizado em 2010 serão contratados. Também será realizado novo concurso em 2012 para preencher 600 vagas na área. A informação foi dada pela secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Lúcia Ribeiro de Albuquerque, que participou ontem de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), em comemoração dos 120 anos da inspeção do trabalho no Brasil.

Ela informou que o ministro

do Trabalho, Carlos Lupi, já tomou as medidas necessárias para que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão efetive as contratações, necessárias diante da aposentadoria de muitos auditores.

Verbas asseguradas

Apesar dos cortes orçamentários feitos pela presidente da República, Dilma Rousseff, a secretária de Inspeção do Trabalho garantiu que não faltarão recursos para o prosseguimento das fiscalizações pelo ministério e prometeu empenhar-se pessoalmente para assegurar

as inspeções na hipótese de carência de verbas.

O aprimoramento das condições de trabalho dos brasileiros, observou Vera Lúcia, depende da atuação dos auditores fiscais, cuja atividade é referência mundial. O Brasil é consultado por outros países, destacou, quanto à inspeção e ao combate ao trabalho escravo, infantil e marítimo.

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), destacou que a comissão já havia enviado ofício ao ministro Lupi pedindo a contratação dos aprovados no concurso.

Márcia Kolumay/Senado Federal



Paulo Paim dirige audiência ao lado de Sebastião Soares (CNTI), Pedro Armengol (CUT) e Helba Soares da Silva, viúva de Nelson José da Silva, fiscal assassinado em 2004: segurança foi um dos temas debatidos

Auditores pedem salário melhor e mais capacitação

Apesar de milhões de brasileiros ingressarem no mercado formal de emprego, o número de auditores tem diminuído, disse a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy, na CDH. Ela ressaltou que há hoje no Brasil um auditor para cada 14.895 trabalhadores, enquanto que em 1970 essa relação era de um para cada 1.256. Destacou ainda a necessidade de maior capacitação de auditores e defendeu a criação de Escola Nacional de Inspeção do Trabalho, projeto em estudo pela Casa Civil.

A fiscalização, na avaliação de Sebastião Soares, presidente da Nova Central e representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), é prerrogativa de Estado e deve ser tratada como política prioritária.

O deputado Taumaturgo Lima (PT-AC), que também é auditor fiscal do trabalho, disse que a falta de aparelhamento da fiscalização é um grande problema e que o plano de cargos e salários dos servidores administrativos os desestimula a permanecerem no Ministério do Trabalho.

Falta de segurança é uma rotina na vida dos auditores

A falta de segurança para os auditores fiscais também foi abordada na audiência pública. Helba Soares da Silva, viúva de Nelson José da Silva – um dos auditores assassinados em Unai (MG), em 2004 –, disse que seu marido sofria ameaças e, mesmo assim, realizava fiscalizações sem o acompanhamento da polícia. Para ela, o julgamento dos acusados é importante para a categoria, uma vez que a impunidade favorece a ocorrência de crimes semelhantes.

– Na minha cidade, qualquer dono de quitanda se acha no direito de ameaçar auditores fiscais – afirmou ela, em referência ao ataque que matou, além de seu marido, mais dois auditores e o motorista que os servia.

Por sugestão de Orlando Vilanova, auditor fiscal do trabalho aposentado, os presentes à audiência fizeram um minuto de silêncio em homenagem às vítimas da tragédia de Unai.

Ao abordar a saúde e a segurança do trabalhador, Francisco Luís Lima, vice-presidente de Segurança e Medicina do Trabalho do Sinait, informou que são 700 mil acidentes de trabalho por ano no país. Ele atribuiu isso à quantidade “insignificante” de médicos e engenheiros para fazer análises e apresentar soluções

para diminuir os acidentes.

Em cumprimento à convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), observou Vera Lúcia Albuquerque, as mediações entre empregadores e empregados não são mais feitas por auditores fiscais. Ela disse que departamento especializado do Ministério do Trabalho realizará essa tarefa.

Em sua avaliação, a mediação deve ser uma atividade neutra, o que não é o caso da fiscalização, que atua em defesa do trabalhador. Para Rosângela Rassy, presidente do Sinait, a mediação é uma das atribuições da auditoria do trabalho e não deve ser transferida para setores administrativos do ministério. Segundo a sindicalista, os servidores administrativos não estão preparados para assumir essa responsabilidade.

– A atuação mediadora da inspeção é instrumento importante para ação do Ministério do Trabalho e pode evitar muitos conflitos. Em alguns momentos, a mediação é mais importante do que a ação fiscal. A mudança de comportamento, muitas vezes, é mais importante que a atuação – afirmou por sua vez o representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Pedro Armengol.



Revista foi lançada ontem na Comissão de Direitos Humanos: consolidação dos debates ocorridos no Senado

Márcia Kolumay/Senado Federal

Revista *Em discussão!* aborda o trabalho escravo no país

A escravidão que precisa ser abolida é o tema da sétima edição da revista *Em discussão!* do Senado. O lançamento foi feito ontem pelo diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social, Fernando Cesar Mesquita, na audiência pública da CDH que discutiu inspeção do trabalho.

A revista é uma publicação do *Jornal do Senado* que consolida os grandes debates realizados em audiências públicas na Casa. Essa edição foi elaborada com a contribuição dos auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego.

Fernando Cesar destacou o papel da revista ao abordar temas relacionados aos direitos humanos de interesse nacional. O trabalho escravo, observou, ainda existe no Brasil e foi pauta de diversas audiências públi-

cas no Parlamento, em especial na Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo, que funciona no âmbito da CDH.

A tragédia de Unai, município do Noroeste mineiro, informou o editor-chefe da revista, João Carlos Teixeira, é um dos temas em destaque desta edição. Em 2004, três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram assassinados quando apuravam denúncias de trabalho escravo na região. O julgamento dos acusados ainda não aconteceu.

Um balanço do trabalho escravo também é apresentado na revista. Teixeira disse que a edição pode contribuir para apontar soluções de problemas importantes que a sociedade enfrenta e que “mancham a imagem do país no exterior”.

Lídice: atenção à defesa de crianças e adolescentes

Os senadores devem voltar suas atenções para a defesa das crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência sexual, afirmou Lídice da Mata (PSB-BA).

A parlamentar lembrou que a próxima quarta-feira é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Na data, ocorrerá no Palácio do Planalto a entrega do Prêmio Neide Castanha de Direitos Humanos da Criança e do Adolescente e outros eventos.

Lídice destacou o trabalho do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Yves de Roussan (Cedeca) na Bahia. Segundo dados do serviço telefônico Disque 100, informou ela, desde maio de 2003 até



Waldemir Barreto/Senado Federal

Lídice da Mata lembra que 18 de maio é dia de combate a abusos

março deste ano foram feitas mais de 63 mil denúncias de abuso. A Bahia é o estado que registra mais ligações (7.708), seguido por São Paulo (7.297) e Rio de Janeiro (5.563).

De acordo com a parlamentar, em 2010 foram registrados 12.487 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. No primeiro trimestre deste ano, já houve 4.205 casos, sendo a maioria das vítimas do sexo feminino.

Situação dos trabalhadores domésticos remonta ao tempo da escravidão, denuncia a senadora

Lídice da Mata apresentou dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) para mostrar que a situação dos trabalhadores domésticos – dos quais mais de 90% são mulheres – melhorou, mas ainda “remonta aos tempos da escravidão”.

A remuneração média dos trabalhadores domésticos em 2009 era de R\$ 386,45 por mês, mas caía a R\$ 254,46 na região Nordeste. No Sudeste, atingia R\$ 415,06, 16,7% acima da média nacional. O salário das trabalhadoras negras (62% do total) era, em média, R\$ 364,84, contra R\$ 421,58 das brancas.



Presidida por Dornelles, Comissão de Reforma Política apresentará oito PECs e três projetos de lei

Decisões finais: listas fechadas e financiamento

Os senadores da Comissão Especial de Reforma Política encerraram as atividades do colegiado, na terça-feira, com a aprovação de mais duas matérias: uma sobre sistema eleitoral – com listas fechadas – e outra sobre financiamento exclusivamente público de campanhas.

O texto que institui o sistema eleitoral de listas preordenadas nas eleições para deputados e vereadores passa agora a tramitar como proposta de emenda à Constituição (PEC). Já a proposição que estabelece o financiamento público de campanhas vai tramitar como projeto de lei do Senado (PLS).

A comissão já havia aprovado outros nove textos (confira no infográfico ao lado). Dois deles, sobre a cláusula de desempenho e a fidelidade partidária, tramitarão como projetos de lei do Senado.

Os outros sete – suplência de senador, data para posse e mandato, reeleição, coligações, mudança de domicílio dos prefeitos, candidatura avulsa e referendo – serão apresentados na forma de PECs.

Todas as matérias originadas no colegiado começarão a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A PEC sobre sistema eleitoral prevê que deputados e vereadores serão eleitos pelo sistema proporcional, em lista fechada, respeitada a alternância de um nome de cada sexo. Também prevê que a mudança estará sujeita a confirmação ou rejeição por meio de referendo a ser realizado com as eleições de 2012.

Um PLS estabelece “o financiamento público exclusivo das campanhas” e proíbe que partidos e candidatos recebam doações “em dinheiro ou estimáveis em dinheiro” de pessoas e empresas. Os gastos públicos por pleito ficam limitados a R\$ 7 por eleitor.

Sarney elogia reforma política dividida em vários projetos

Comissão especial produziu 11 textos que modificam a legislação. Expectativa é votar as propostas antes do segundo semestre, para que as mudanças tenham efeito já em 2012

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, elogiou a estratégia adotada pela Comissão Especial de Reforma Política de “fatiar” as decisões em diferentes projetos. Na tarde de terça-feira, o colegiado encerrou as atividades com a aprovação de mais duas propostas, uma sobre sistema eleitoral – com a instituição de listas fechadas nas eleições proporcionais para deputados e vereadores – e outra sobre financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais.

– Assim temos assuntos tópicos: aqueles que têm consenso e aqueles que não têm consenso. Vamos para a discussão dos projetos e resolver esses casos tópicos – afirmou o senador.

Ao todo, a comissão aprovou 11 textos que modificam a legislação eleitoral. Três deles tramitarão como projetos de lei do Senado (PLS); os outros oito, como propostas de emenda à Constituição (PECs).

– O senador Dornelles [presidente da comissão] me comunicou ontem que já tomaram todas as decisões e que agora

vão apresentar os projetos que já estão prontos e vamos apresentar à Comissão de Constituição e Justiça para imediatamente darmos um encaminhamento de votação na Casa – assinalou Sarney.

A expectativa, segundo o presidente do Senado, é votar as propostas no Plenário antes do segundo semestre, para que as mudanças tenham efeito já nas eleições municipais de 2012.

– Acho que antes do segundo semestre nós estaremos com a solução da reforma política resolvida no Senado – disse Sarney.

Ferraço critica excesso de recursos ao STF

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou ontem haver um excesso de recursos enviados ao Supremo Tribunal Federal (STF). O senador citou dados da pesquisa *Supremo em Números*, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), segundo os quais, entre 1988 e 2009, quase 92% dos processos no STF eram recursos.

– O Supremo Tribunal Federal, que deveria se debruçar, preferencialmente, sobre questões constitucionais, tem se transformado, na prática e de fato, em corte recursal suprema – afirmou o senador.

Ainda segundo o relatório, 80% dos recursos foram negados. A grande quantidade, lembra Ferraço, “afoga” o trabalho do STF, que não conseguiria julgá-los ainda que os ministros trabalhassem à noite.

– Os ministros teriam de julgar um recurso a cada dez minutos para dar conta de tamanha demanda, segundo a pesquisa – disse Ferraço.



Ferraço: 80% dos recursos enviados ao Supremo foram negados

Lucena quer votar Parlasul antes de vetos presidenciais

A conclusão da análise pelo Congresso Nacional do projeto de resolução que define regras para escolha dos integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul) merece prioridade em relação aos vetos presidenciais. A opinião é do relator da proposta, senador Cícero Lucena (PSDB-PB), que alerta para a interrupção dos trabalhos do órgão legislativo regional, com sede em Montevidéu, enquanto não forem indicados os novos representantes brasileiros.

– Vamos pedir a cooperação dos líderes, para evitar um impasse internacional – disse Lucena, ontem, à Agência Senado.

Na opinião do senador, a votação do projeto de resolução poderá ocorrer na próxima semana. Até a votação, acredita, será possível reduzir a pressão para que os vetos presidenciais tenham prioridade na pauta do Congresso.



Cícero Lucena pede conclusão de votação de projeto no Congresso

Resumo das propostas aprovadas

Confira no quadro as principais medidas sugeridas pela comissão do Senado. Parte das decisões será apresentada como proposta de emenda constitucional e parte como projeto de lei

➔ Sistema eleitoral (PEC)



Nas eleições proporcionais (deputados e vereadores), passará a valer o sistema com lista partidária fechada. Cada partido apresentará uma lista com os nomes de seus candidatos por ordem de prioridade, respeitada a alternância de um nome de cada sexo.

➔ Suplência de senador (PEC)



Aprovada proposta prevendo que um senador terá apenas um suplente, que não poderá ser cônjuge ou parente consanguíneo ou afim, até segundo grau, do titular. O suplente assumirá apenas para substituir temporariamente o titular. Em caso de afastamento permanente, por renúncia ou morte, haverá eleição no pleito seguinte, sendo geral ou municipal.

➔ Financiamento público de campanha (PLS)



Aprovado o financiamento exclusivamente público de campanhas eleitorais, cujos gastos ficarão limitados a R\$ 7 por eleitor em cada pleito. O Brasil possui cerca de 135 milhões de eleitores. Desse modo, o gasto máximo seria de R\$ 945 milhões.

➔ Referendo (PEC)



Os eleitores serão consultados, em referendo, se aprovam a mudança do sistema das eleições proporcionais (deputados e vereadores), que passará a adotar as listas partidárias fechadas.

➔ Reeleição no Executivo (PEC)



Fim da reeleição, com mandato de cinco anos para os Executivos municipais, estaduais e federal.

➔ Fidelidade partidária (PLS)



Convalidação da regra em vigor sobre fidelidade partidária. Atualmente, o político eleito que mudar de partido perderá o mandato, a menos que se configure incorporação ou fusão da legenda, criação de novo partido, desvio do programa partidário e grave discriminação pessoal.

➔ Coligações (PEC)



Aprovado fim das coligações partidárias nas eleições proporcionais, nas quais são eleitos deputados federais, estaduais e distritais e vereadores.

➔ Cláusula de desempenho (PLS)



Fica mantida a regra em vigor: para ter funcionamento parlamentar, o partido deve ter no mínimo três representantes, de diferentes estados, na Câmara dos Deputados. Também mantém as normas atuais sobre propaganda partidária, que condicionam o tempo e o número de repetições de programa no rádio e na TV, ao longo do ano, ao número de cadeiras conquistadas pelo partido na Câmara.

➔ Candidatura avulsa (PEC)



Registro de candidatos sem vínculo partidário em eleições para prefeito e vereador. Para que uma candidatura avulsa obtenha registro junto à Justiça Eleitoral deve ter o apoio de pelo menos 10% dos eleitores do município. A ideia é testar a candidatura avulsa em eleições municipais para ver se é possível estendê-la às esferas federal e estadual.

➔ Prazo de filiação e domicílio eleitoral (PEC)



Comissão decidiu confirmar a regra em vigor: um candidato, para concorrer às eleições, deve morar na circunscrição por, pelo menos, um ano antes do pleito e ter filiação deferida pelo partido pelo mesmo prazo.

➔ Datas de posse (PEC)



Posse de prefeitos e governadores será no dia 10 de janeiro. Posse de presidente passará para o dia 15 de janeiro. Todas essas mudanças só valerão a partir de 2014.